

PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

PRODUTO 1 - PLANO DE TRABALHO



MUNICÍPIO DE ARAÇUAÍ - MG



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇUAÍ

**REVISÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO MUNICÍPIO
DE ARAÇUAÍ**

PLANO DE TRABALHO

EMPRESA LÍDER ENGENHARIA E GESTÃO DE CIDADES LTDA

TADEU BARBOSA DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL



EMPRESA DE PLANEJAMENTO CONTRATADA



LÍDER
ENGENHARIA &
GESTÃO DE CIDADES

EMPRESA LÍDER ENGENHARIA E GESTÃO DE CIDADES LTDA

CNPJ: 23.146.943/0001-22
Avenida Antônio Diederichsen, nº 400 – sala 1203.
CEP 14020-250 – Ribeirão Preto/SP
www.liderengenharia.eng.br



EQUIPE TÉCNICA

Robson Ricardo Resende

Engenheiro Sanitarista e Ambiental
CREA – SC 99639-2

Osmani Vicente Jr.

Arquiteto e Urbanista
CAU A23196-7
Especialista em Gestão Ambiental
para Municípios

Juliano Mauricio da Silva

Engenheiro Civil
CREA/PR 117165-D

Roney Felipe Moratto

Geógrafo
CREA /PR 149.021/D

Carmen Cecília Marques Minardi

Economista
CORECON SP 36677

Daniel Ferreira de Castro Furtado

Engenheiro Sanitarista e Ambiental
CREA/SC 118987-6

Victoria Vagner

Engenheira Ambiental

Lara Ricardo da Silva Pereira

Arquiteta e Urbanista
CAU: 177264-3

Paula Evaristo dos Reis de Barros

Advogada
OAB/MG 107.935

Carolina Bavia Ferrucio Bandolin

Assistente Social
CRESS/PR 10.952

Juliano Yamada Rovigati

Geólogo
CREA/PR 109.137/D

Daniel Mazzini Ferreira Vianna

Arquiteto e Urbanista
CAU 89.230-0

Willian de Melo Machado

Analista de Sistemas

Paulo Guilherme Fuchs

Administrador
CRA/SC 21705



EQUIPE TÉCNICA MUNICIPAL



SUMÁRIO

1. OBJETIVOS.....	11
1.1. Do Plano de Trabalho.....	11
1.1.1. Do Plano Municipal de Saneamento Básico.....	11
2. METODOLOGIA GERAL.....	12
2.1. Etapas de Revisão do PMSB.....	13
2.1.1. Etapa 1 – Planejamento do Processo.....	13
2.1.2. Formação do Comitê de Coordenação e do Comitê Executivo.....	13
2.1.3. Plano de Comunicação e Mobilização Social.....	14
2.1.4. Etapa 2 – Diagnóstico Técnico Participativo.....	16
2.1.5. Etapa 3 – Prognóstico e Alternativas para Universalização dos Serviços.....	17
2.1.6. Etapa 4 – Consulta Pública.....	21
2.1.6.1. Regras de votação para aprovação do PMSB.....	21
2.1.7. Etapa 5 – Aprovação do Plano Municipal de Saneamento Básico.....	22
2.1.7.1. Capacitação para monitoramento do PMSB.....	22
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	24



LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Fluxograma das etapas e produtos do processo de revisão. 12



APRESENTAÇÃO

Este documento corresponde a revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) de Araçuaí - MG, em conformidade com o Contrato nº. 146/2020

A elaboração da revisão do PMSB abrange o conjunto de serviços, infraestruturas e instalações dos setores de saneamento básico, que, por definição, engloba o abastecimento de água; esgotamento sanitário; manejo de resíduos sólidos e; drenagem e manejo de águas pluviais urbanas.

O Plano de Saneamento Básico – PMSB do município de Araçuaí visa estabelecer um planejamento das ações de saneamento no município, atendendo aos princípios da Política Nacional de Saneamento Básico (Lei nº 11.445/07), e principalmente pelo Novo Marco Legal do Saneamento Básico, Lei 14.026 de 15 de julho de 2020 que modifica e atualiza a lei anterior, assim como para atender as demandas da municipalidade. O presente Plano de Trabalho é apresentado ao município, com a descrição das atividades referentes ao desenvolvimento dos trabalhos.



INTRODUÇÃO

A necessidade da melhoria da qualidade de vida aliada às condições, nem sempre satisfatórias, de saúde ambiental e a importância de diversos recursos naturais para a manutenção da vida, resultam na necessidade de adotar uma política de saneamento básico adequada, considerando os princípios da universalidade, equidade, desenvolvimento sustentável, entre outros.

A falta de planejamento municipal e a ausência de uma análise integrada conciliando aspectos sociais, econômicos e ambientais resultam em ações fragmentadas e nem sempre eficientes que conduzem para um desenvolvimento desequilibrado e com desperdício de recursos. A falta de saneamento ou adoção de soluções ineficientes trazem danos ao meio ambiente, como a poluição hídrica e a poluição do solo que, por consequência, influencia diretamente na saúde pública. Em contraposição, ações adequadas na área de saneamento reduzem significativamente os gastos com serviços de saúde.

Acompanhando a preocupação das diferentes escalas de governo com questões relacionadas ao saneamento, a Lei nº 11.445 de 2007 estabeleceu as diretrizes nacionais para o saneamento básico, atualizada pelo Novo Marco Legal do Saneamento Básico, Lei 14.026 de 15 de julho de 2020. Entendendo saneamento básico como o conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, drenagem e manejo de águas pluviais urbanas, a Lei condiciona a prestação dos serviços públicos destas áreas à existência do Plano de Saneamento Básico, o qual deve ser revisto periodicamente.

Diante das preocupações atuais apresentadas e das exigências legais referentes ao setor, este documento refere-se ao Plano de Trabalho para a elaboração da Revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) de Araçuaí, atendendo aos requisitos do município para sua elaboração.

A revisão do PMSB envolve as seguintes etapas: caracterização do município e diagnóstico setorial; prognóstico contendo os programas projetos e ações, plano de contingência e emergência, construção de indicadores de avaliação do plano; desenvolvimento de mecanismos e procedimentos para a avaliação sistemática das



ações programadas e, por fim, a institucionalização do plano municipal de saneamento básico.

A Revisão do PMSB contará com um processo de comunicação e mobilização social, que será elaborado e sistematizado através da empresa Líder Engenharia e Gestão de Cidades com auxílio dos representantes do município.



1. OBJETIVOS

1.1. Do Plano de Trabalho

Deve o Plano de Trabalho ser alimentador do processo construtivo da Revisão do PMSB, estipulando, por sua vez, metodologia, mecanismos e procedimentos a fim de sensibilizar o maior número de atores para o trabalho a ser realizado, arrecadando dados e informações, para uma “leitura técnica” do Município de forma geral – áreas urbanas e rurais.

A revisão do PMSB será desenvolvida em cinco etapas, através de levantamentos bibliográficos, mapeamento das áreas de interesse, documentos e dados fornecidos pelo município, tornando possível a elaboração de um Plano compatível com a realidade local.

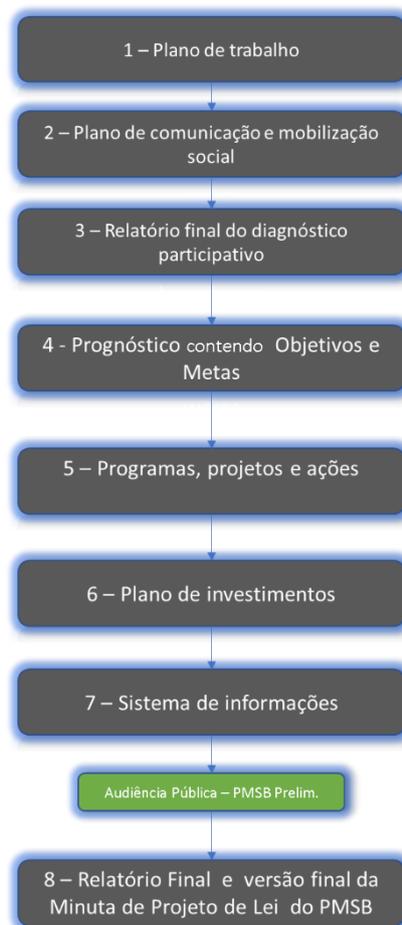
1.1.1. Do Plano Municipal de Saneamento Básico

O objetivo geral do PMSB é estabelecer um planejamento das ações de saneamento de forma que atenda aos princípios da política nacional e que seja construído por meio de uma gestão participativa, envolvendo a sociedade no processo de elaboração. O Plano Municipal de Saneamento Básico visa a melhoria da salubridade ambiental, a proteção dos recursos hídricos, a universalização dos serviços, o desenvolvimento progressivo e a promoção da saúde.

2. METODOLOGIA GERAL

A revisão do PMSB se dará conforme os princípios e diretrizes estabelecidas pela Lei Federal nº. 11.445 de 5 de janeiro de 2007 e principalmente pelo Novo Marco Legal do Saneamento Básico, Lei 14.026 de 15 de julho de 2020 que modifica e atualiza a lei anterior, bem como a Lei Federal nº 12.305 de Agosto de 2010 e conforme o termo de referência. Na figura a seguir observa-se os produtos previstos para este trabalho.

Figura 1 - Fluxograma das etapas e produtos do processo de revisão.



Fonte: Líder Engenharia e Gestão de Cidades, 2020.

O trabalho será desenvolvido conforme descrito a seguir, em diversas fases, de acordo com a especificidade do município.



2.1. Etapas de Revisão do PMSB

2.1.1. Etapa 1 – Planejamento do Processo

Nesta primeira etapa, a equipe técnica da Lider Engenharia e Gestão de Cidades apresenta por meio deste documento, e da primeira Reunião Pública no município, a proposta do Plano de Trabalho, contendo:

- A metodologia geral de construção do PMSB;
- Descrição das atividades necessárias para cumprir os objetivos de cada etapa de elaboração do PMSB;
- Processo de participação da sociedade, cronograma das fases de elaboração dos produtos;
- Previsão de oficinas e audiências públicas;
- Detalhamento das responsabilidades de todos agentes envolvidos no processo (consultoria, os comitês de Coordenação e Executivo, delegados da sociedade civil) bem como a definição das unidades de planejamento para aquisição de informações básicas, sendo, preferencialmente, bacias hidrográficas, consórcios ou regiões administrativas;

Também nessa etapa será definida a setorização do município de acordo com seus distritos e povoados. O Município indicará os membros do Comitê Executivo e do Comitê de Coordenação, por meio de Decreto.

A participação da sociedade e comunicação deve ser estimulada durante o processo por meio de estratégias adequadas a realidade do município. Inicialmente, o município será setorizado de forma a abranger igualmente os diversos distritos e povoados.

2.1.2. Formação do Comitê de Coordenação e do Comitê Executivo

Dada à necessidade de inserção das perspectivas e aspirações da sociedade e a apreciação da realidade local em termos de saneamento, é



imprescindível a formação dos grupos de trabalho, pela Prefeitura Municipal, contemplando vários atores sociais para a operacionalização do processo de construção do Plano. Esses grupos de trabalho serão formados por três instâncias: Comitê de Coordenação, Comitê Executivo e delegados eleitos pela população.

Para garantir o andamento do processo de elaboração e implementação do PMSB, os comitês participarão de um seminário unificado onde, após a definição dos setores de mobilização, serão eleitos delegados, representantes da sociedade civil das referidas localidades, para discussão pertinente e treinamento para capacitação a respeito das etapas de desenvolvimento do Plano, bem como a apresentação do Plano de Comunicação e Mobilização Social.

2.1.3. Plano de Comunicação e Mobilização Social

Com vistas a garantir efetiva participação social, a empresa Líder Engenharia e Gestão de Cidades apresentará o Plano de Comunicação e Mobilização Social, onde serão apontados os procedimentos, estratégias de divulgação dos eventos como faixas, convites, folders, cartazes e meios de comunicação local (jornal, rádio, etc.), mecanismos e metodologia a serem adotados durante o processo de elaboração do PMSB.

Para fins do Plano de Mobilização Social, o território municipal será organizado em setores de mobilização, planejados a partir das regionais orçamentárias e localidades adensadas, com vistas à escolha dos delegados, de forma a promover efetividade à presença de representantes da comunidade, tanto urbana quanto rural, nos eventos previstos.

Em conjunto com a equipe técnica da Secretaria Municipal de meio Ambiente, serão identificados os delegados e demais atores sociais a serem envolvidos no processo de elaboração do PMSB.

Além das reuniões, oficinas e seminários previstos nas fases de Diagnóstico e Prognóstico, serão agendados um evento de abertura inicial dos



trabalhos de elaboração do Plano e, ao final, uma Audiência Pública com representação dos setores de mobilização para apreciação da minuta de projeto de lei do Plano Municipal de Saneamento Básico a ser encaminhado pelo Executivo Municipal à Câmara de Vereadores.

Os registros de memória (síntese, fotografias, filmagens, atas, listas de presença e materiais de divulgação) dos eventos de participação realizados serão incluídos nos relatórios a serem desenvolvidos em cada etapa de elaboração do PMSB.

De acordo com o Termo de Referência, considera-se um mínimo de 3 (três) eventos em cada setor de mobilização social em consequência dos objetivos de cada fase do PMSB. Ao menos um evento para a fase de diagnóstico, outro para a fase de prognóstico e mais um para as fases de priorização de objetivos e/ou programas. O Plano de Mobilização Social (PMS) detalha o planejamento de cada ação de mobilização e participação social incluindo a definição dos objetivos, metas e escopo da mobilização como segue:

- a) Identificação de atores sociais parceiros para apoio à mobilização social;
- b) Identificação e avaliação dos programas de educação em saúde e mobilização social;
- c) Disponibilidade de infraestrutura em cada setor de mobilização para a realização dos eventos;
- d) Estratégias de divulgação da elaboração do PMSB e dos eventos a todas as comunidades (rural e urbana) dos setores de mobilização, bem como a maneira que será realizada tal divulgação, como faixas, convites, folders, cartazes e meios de comunicação local (jornal, rádio, internet, etc.);
- e) Metodologia pedagógica das reuniões (debates, oficinas ou seminários), utilizando instrumentos didáticos com linguagem apropriada, abordando os conteúdos sobre os serviços de saneamento básico;
- f) Cronograma de atividades.

Assim, serão previstos mecanismos de disponibilização, repasse e facilitação do acesso e entendimento das informações, de modo que a sociedade possa contribuir e realizar suas escolhas durante e após a revisão do PMSB.



2.1.4. Etapa 2 – Diagnóstico Técnico Participativo

Os estudos para a caracterização municipal e diagnóstico serão elaborados a partir de dados primários e secundários, quando necessário, para composição do Produto 3. Serão realizados seminários do diagnóstico técnico participativo, um em cada setor de mobilização social bem como a 1ª Oficina do diagnóstico técnico-participativo com os delegados e Comitês Executivo e de Coordenação, como parte da construção participativa da revisão do PMSB.

A caracterização municipal será realizada através do levantamento de dados primários e secundários em bancos de dados oficiais, da realização de visitas para a identificação e discussão da realidade atual dos serviços de saneamento básico no município, por meio de reuniões com as entidades envolvidas (CODEMA, SMMA, COPASA, comitês e delegados), levantamento *in loco* de dados primários, fornecimento de dados administrativos através do preenchimento de formulários, SIG e software de geoprocessamento e dados da infraestrutura de gestão do município atualizadas de modo a subsidiar o processo de revisão do Plano.

O diagnóstico dos serviços públicos de saneamento básico englobará as zonas urbana e rural e será elaborado com base nas informações bibliográficas, inspeções de campo, dados secundários disponibilizados pela Prefeitura e na leitura comunitária feita por meio de questionários e entrevistas semiestruturadas, a serem aplicados nas localidades inseridas na área de estudo, conforme necessidade. A base cartográfica a ser adotada para detalhamento do plano será fornecida pelo município, assim como todas as demais informações de que é detentora ou de que possa ter acesso.

O diagnóstico, de forma geral conterá, entre outros, os seguintes tópicos:

- Caracterização geral do município;
- Situação institucional;
- Situação econômico-financeira dos serviços e do município;
- Diagnósticos setoriais dos serviços de saneamento básico;
- Situação dos serviços de abastecimento de água;
- Situação dos serviços de esgotamento sanitário;



- Situação dos serviços de drenagem urbana e manejo de águas pluviais;
- Situação dos serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos;
- Indicadores sanitários, de saúde, socioeconômicos e ambientais;
- Estimativa e análise da demanda futura para universalização dos serviços;
- Sistematização das informações: a metodologia a ser adotada na análise e sistematização das informações em cada setor do saneamento básico será a CDP - Condicionantes, Deficiências e Potencialidades. Em seguida será realizado o estudo hidrológico, assim como as tarifas e gastos com os serviços prestados; as deficiências financeiras do município, a fim de aferir a capacidade de gestão desses eixos. Após a classificação dos elementos, a já referida metodologia definirá as áreas prioritárias de ação com a sistematização destas informações e espacialização das mesmas em mapas para apresentação, a fim de subsidiar o plano de metas.

2.1.5. Etapa 3 – Prognóstico e Alternativas para Universalização dos Serviços

Esta etapa consiste na elaboração do prognóstico estratégico compatível com as aspirações sociais e com as características socioeconômicas do município. Para tal, primeiramente será realizado um seminário unificado do prognóstico contemplando os objetivos e metas por componente do saneamento e alternativas institucionais para a gestão dos serviços de saneamento básico no município (prestação dos serviços, regulação, fiscalização e controle social), sendo esse o Produto 4. Após o seminário, segundo o termo de referência, será realizada a 2ª Oficina com os delegados e Comitês Executivo e de Coordenação para definição dos objetivos e metas de curto, médio e longo prazos.



Produzidos esses dados, sucede-se a elaboração do Produto 5: Programas, projetos e ações por componente do saneamento. Novamente, serão realizados seminários nos setores de mobilização social já definidos, apresentando os PPA's e então proceder-se-á a 3ª Oficina com os delegados e Comitês Executivo e de Coordenação para detalhamento das medidas a serem tomadas por meio da estruturação de programas, projetos e ações para cada eixo do saneamento, com hierarquização das áreas e/ou programas de intervenção considerados prioritários em 4 anos além da identificação de eventuais ações emergenciais.

Para embasar o prognóstico será realizado estudo populacional para o horizonte de 20 anos e os objetivos e metas serão particionados em: imediatos ou emergenciais – até 3 anos, curto prazo – entre 4 e 8 anos, médio prazo - 9 a 12 anos e de longo prazo - 13 a 20 anos.

O estudo populacional será desenvolvido pela Empresa Líder Engenharia e Gestão de Cidades através de levantamentos censitários realizados pelo IBGE, referentes às décadas de 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010 (geralmente disponíveis), onde é possível compreender a dinâmica populacional do município e avaliar o crescimento populacional e suas respectivas taxas de crescimento.

Por meio das taxas anuais de crescimento populacional estima-se a curva que determina a evolução populacional no município, durante o período entre 1970 e 2010.

O crescimento populacional futuro é determinado através de outras curvas, que são geradas através dos métodos linear, polinomial, logarítmica, exponencial e potencial. Estas representam a linha de tendência de crescimento populacional, baseado na série histórica do IBGE.

O prognóstico das necessidades referentes aos serviços públicos de saneamento básico e a análise e seleção das alternativas serão realizadas por meio da metodologia de planejamento estratégico, através da ferramenta de análise SWOT, de forma a projetar os estados progressivos de desenvolvimento, visando a melhoria das condições em que vivem as populações urbanas e rurais no que diz respeito à sua capacidade de inibir, prevenir ou impedir a ocorrência de doenças relacionadas com o meio ambiente.



Os resultados apresentados a partir do estudo populacional, servirão como subsídio para projeção de tomadas de decisão tanto em localidades precárias, onde será realizado um estudo de estabilização e contingência, como também propostas para o desenvolvimento estruturado das áreas que possuem potencial para tal.

A partir dos resultados das propostas de intervenção nos diferentes cenários, será selecionado o conjunto de alternativas de modelos institucionais que promoverá a compatibilização quali-quantitativa entre demandas e disponibilidade de serviços, apresentando também as vantagens e desvantagens de cada alternativa. Caracterizando assim o cenário normativo, que norteará as ações de prestação direta, indireta ou por gestão associada dos serviços, para atingir a situação desejada e necessária, tendo em vista as projeções realizadas, de modo a considerar as seguintes alternativas, entre outras:

- Prestação dos serviços pela administração direta da municipalidade;
- Prestação dos serviços através de consórcio intermunicipal;
- Prestação de serviços através de autarquia municipal;
- Prestação de serviços através de Convênio com a Companhia Estadual;
- Prestação de serviços nas modalidades de concessões privadas;
- Terceirização de serviços ou outras.

Além das questões financeiras, será realizado um estudo visando a racionalização e otimização dos serviços, e avaliando a necessidade de modificações, adaptações ou complementações, com a finalidade de oferecer suporte legal para adequar o funcionamento do arranjo institucional, orçamentário e operacional proposto.

Serão elaborados também, o mapeamento georreferenciado das áreas de atuação, elaborados através do SIG, pelo *software ArcGis 10.5*, e disponibilizados para o município em formato de *shapefile* (shp, shx e dbf), utilizando o sistema Cartográfico SIRGAS 2000, Projeção Universal de Mercator – UTM, além de possuírem padronização de base. Os mapas serão elaborados



a partir do levantamento de dados espaciais realizados tanto *in loco*, quanto em bases cartográficas, como por exemplo IBGE, contendo as coordenadas geográficas de cada localidade, de modo a proporcionar ao município um banco de dados com o mapeamento atualizado para subsidiar e facilitar a execução das ações futuras, atuando nos locais que apresentam uma maior necessidade e assim acompanhando o desenvolvimento municipal.

Para as situações de emergência e contingência serão estabelecidos os planos de ações. Estes planos serão criados para casos de racionamento e aumento de demanda temporária atendendo o plano orçamentário do município, e analisando alternativas para execução dos mesmos através de consórcios intermunicipais, parecerias com autarquia, convênio Estadual, entre outras alternativas capazes de viabilizar tais ações.

Também será realizado o levantamento do plano orçamentário do município, contendo tarifas cobradas pelos serviços de saneamento básico, valores gastos com funcionários, investimentos e gastos com manutenção de equipamentos, maquinários, estruturas, entre outros, para realização do estudo das receitas e despesas que o município possui com os serviços de saneamento, possibilitando assim a elaboração de um plano de ação que atenda a realidade do município, avaliando as alternativas citadas anteriormente, a fim de assegurar seu equilíbrio econômico-financeiro. Esses estudos constituirão o Produto 6 - Plano de investimentos dos programas, projetos e ações propostos.

Nesse momento será realizada a 4ª Oficina com os Comitês Executivo e de Coordenação e setores da administração municipal diretamente ligados ao tema, para apresentação e discussão do Plano de Investimentos.

Da mesma forma, também serão elaboradas regras de atendimento e funcionamento operacional para situação crítica na prestação dos serviços de saneamento básico.

Para a elaboração do Produto 7 - Sistema de informações de saneamento básico do município com seleção dos indicadores para monitoramento do PMSB, primeiramente será realizada a 2ª Reunião no município com os representantes ligados ao setor de Tecnologia da Informação, para orientação e capacitação na correta alimentação do SNIS. Também serão definidos os principais indicadores



para essa tarefa e os métodos disponíveis para mensurá-los. Procede-se então a 5ª Oficina com os delegados e Comitês Executivo e de Coordenação para discussão sobre o sistema de informações de saneamento básico do município e a seleção dos indicadores para monitoramento do PMSB.

2.1.6. Etapa 4 – Consulta Pública

A versão preliminar do PMSB será submetida à discussão com a população em audiência pública, em evento especialmente convocado pela Prefeitura para este fim. Como nos demais eventos, caberá à Líder Engenharia e Gestão de Cidades preparar o material e realizar a apresentação, quando assim decidido pela Prefeitura, respondendo a questionamentos técnicos eventualmente levantados, com apoio de técnicos e agentes municipais.

A institucionalização do Plano Municipal de Saneamento Básico contemplará alterações administrativas e proposição de legislação básica referente à Política Municipal de Saneamento.

O Plano preliminar também será disponibilizado para consulta pública, num período de pelo menos 15 dias, através de *link* no *site* da prefeitura, bem como em cópia física no prédio da mesma para que a população ainda possa contribuir com suas considerações.

Finalizados os trabalhos, deverá ser elaborada a versão final da Minuta de Lei do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB), a ser apresentada e aprovada pelo poder legislativo municipal, após apreciação pela equipe técnica de acompanhamento.

2.1.6.1. Regras de votação para aprovação do PMSB

Ao final da apresentação da versão preliminar do PMSB e após as considerações da população, o plano deverá ser colocado em votação, sendo este processo conduzido pelo município.



É importante informar à população presente que somente os delegados votarão, visto que são os representantes da população e participaram desde o início dos trabalhos referentes à elaboração do PMSB.

O PMSB será considerado aprovado com a maioria simples (metade mais um) dos votos dos Delegados presentes, considerando-se a presença de no mínimo 2/3 (dois terços) dos Delegados eleitos no âmbito do município.

2.1.7. Etapa 5 – Aprovação do Plano Municipal de Saneamento Básico

Nesta etapa será elaborada a minuta de projeto de lei, em conformidade com a técnica legislativa e sistematizada de forma a evitar contradições entre os dispositivos inseridos no Plano Municipal de Saneamento Básico com as demais normas vigentes, constituindo-se o Produto 8.

O PMSB depois de aprovado e sancionado em lei municipal deve ser implantado pelo órgão do município responsável pela execução da política municipal de saneamento básico e revisado a cada quatro anos, anteriormente à elaboração do Plano Plurianual (PPA) do município.

2.1.7.1. Capacitação para monitoramento do PMSB

A Líder Engenharia e Gestão de Cidades agendará uma reunião com a equipe técnica da Prefeitura responsável pelo acompanhamento e monitoramento do Plano, com vistas à apresentação geral da minuta de lei, além de prestar esclarecimentos relativos principalmente à atualização dos indicadores constantes do banco de dados do PMSB e à operação da base de dados espaciais na plataforma ArcGis.

A participação da população em processos decisórios é fundamental para garantir a corresponsabilidade entre órgão público e comunidade. Conforme termo de referência, o Município deve conceber mecanismos de envolvimento da sociedade durante todo o processo de revisão do Plano Municipal de



Saneamento Básico - PMSB. Assim, para participação da população de Araçuaí, foi desenvolvido o seguinte plano de mobilização social e comunicação.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**, 1988.

BRASIL. **Lei Federal nº 11.445/2007** – Política Nacional de Saneamento Básico, 2007.

BRASIL. **Lei Federal nº 12.305/2010** – Política Nacional de Resíduos Sólidos, 2010.

BRASIL. **Lei Federal nº 14.026/2020** – Novo Marco Legal do Saneamento, 2020.

PNUD. **Atlas do Desenvolvimento Humano. Programa das Nações Unidas** para o Desenvolvimento (PNUD) (2010).